

DOSSIÊ TEMÁTICO

“IDEOLOGIA DE GÊNERO” E “MARXISMO CULTURAL” NAS TARAS PRESIDENCIAIS:

| 80

Marxismo e feminismo na “cena” política brasileira

Rafael Toitio¹

Resumo: O objetivo do artigo é, a partir da análise do recente processo político que possibilitou a emergência política do neofascismo no Brasil em contraponto com as lutas pela diversidade sexual e de gênero e feministas, refletir sobre o diálogo do marxismo com essas lutas. Para tanto, analisarei o termo “ideologia de gênero” com base na aproximação teórica entre Antonio Gramsci e Judith Butler, o me levou a investigar também Louis Althusser e Michel Foucault. Depois, apresentarei as principais ideias conservadoras que estão por trás da expressão “marxismo cultural”, para então analisar o próprio marxismo e a sua relação com outras lutas sociais. E concluo apontando a atualidade do marxismo, mas também a necessidade de democratizar o marxismo como teoria.

Palavras-chave: Marxismo; Feminismo; Ideologia; Análise Política.

INTRODUÇÃO

Jair Bolsonaro é revestido de muitas caricaturas. Uma delas é a de “homem comum”, que sempre fala aquilo o que lhe vem na cabeça. A essa altura, já é amplamente conhecida a sua característica de “homem comum” de não conseguir conversar, por muito tempo, com amigos e aliados sem fazer uma piada ou um comentário LGBTfóbico. E na hora de insultar publicamente um adversário ou um jornalista “enxerido”, os insultos homofóbicos estão entre os seus prediletos, além da misoginia lançada contra as adversárias políticas e as jornalistas. Enquanto as mortes de trabalhadoras e trabalhadores pobres aumentavam diariamente aos milhares no Brasil, devido à pandemia da Covid-19

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

(e devido ao descaso do próprio governo federal, que potencializou os número de pessoas infectadas e mortas), o presidente vociferava aos funcionários que lhe serviam: máscara “é coisa de viado”!, mostrando seu repúdio a uma das principais recomendações de protocolo para prevenir a doença.

Não cabe aqui indagar sobre a fixação do presidente nesse tema – como poderia levar a crer o título do artigo. A questão que interessa discutir, pela perspectiva da análise política, é o fato de o deputado e o presidente Bolsonaro terem encontrado na sua militância aguerrida contra os direitos sexuais e reprodutivos e contra uma suposta “ideologia de gênero” um dos eixos principais de aglutinação e mobilização de sua base política, sobretudo na última década. Por mais que essa militância teve como combustível o preconceito e o ódio do parlamentar, importa pensar o cálculo e a estratégia que estavam por trás de sua investida política – e que não deixava de expressar os afetos e pensamentos dele em relação ao tema.

Quando deputado, outro eufemismo que atribuíam a Bolsonaro era o de “bizarro” ou “excêntrico”, por causa de seu orgulho em bravejar discursos de ódio, como o de defesa da Ditadura Militar e da tortura, do extermínio de “bandidos” e “criminosos”, ou mesmo o de defesa da violência infantil contra um filho afeminado. E ao representar a vertente mais autoritária e reacionária do conservadorismo político, não foi surpresa para ninguém quando o deputado passou a se colocar contra qualquer avanço da pauta LGBT no Congresso Nacional, tornando-se já nos anos 2000, um dos principais articuladores no impedimento da aprovação dos direitos LGBT e, na década posterior, protagonizando a resistência ao avanço das políticas LGBT implementadas pelo governo executivo. E foi pioneiro na ofensiva contra a implementação pelo Ministério da Educação do projeto Escola sem homofobia e, em particular, de uma das ações do projeto e que o grupo do deputado apelidou pejorativamente de “kit-gay”.

Já em dezembro de 2010, no final do Governo Lula, Bolsonaro subiu na tribuna da Câmara dos Deputados para manifestar contra o kit que apenas serviria, nas palavras dele, para disseminar o “homossexualismo” e a “promiscuidade”. Em maio de 2011, diante da aprovação da união civil entre pessoas do mesmo sexo pelo Supremo Tribunal Federal e sem ter a possibilidade de reverter facilmente a decisão, Bolsonaro partiu para

o combate ao kit do projeto Escola sem homofobia. E deu início à construção de um pânico moral em torno do tema, distribuindo panfletos que afirmavam que as escolas públicas pretendiam transformar as crianças em homossexuais e “presas fáceis para pedófilos”².

Tal kit nada mais era do que um conjunto de recursos didáticos (livros, cartilhas, vídeos) para trabalhar a questão da discriminação e do preconceito LGBTfóbicos no ensino médio de escolas públicas. Entretanto, o kit se tornou algo monstruoso que deveria ser eliminado. E isso se tornava tão mais forte quanto mais se tornava evidente o fato da aprovação da união civil ser, naquele momento, o avanço mais significativo da assimilação da pauta LGBT pelas instituições do regime democrático formal, o que tornava urgente um contra-ataque das forças conservadoras. Esse foi dado sobre o governo Dilma. Em pouco tempo, surgiram muitas críticas de igrejas e entidades civis, além de partidos e parlamentares, que em parte integrava a “base aliada” do governo iniciado em 2011. Nesse processo, a “bancada evangélica” se articulou e mostrou a sua força, chantageando o Executivo até este cancelar a ação de política educacional que estava pronta e prestes a ser implementada. Nos próximos anos, Bolsonaro continuou um dos principais adversários da pauta LGBT. E assim continuou porque essa insistência lhe garantia uma notoriedade renovada e espaço na mídia. Em entrevista dada em 2017, ele afirmou: “O ‘kit gay’ foi uma catapulta na minha carreira política”³.

E assim foi porque o termo lhe fornecia a narrativa que produzia um “pânico moral” alimentando e intensificando a discriminação existente, ao mesmo tempo que incitava a organização de um “movimento” em torno do combate das políticas LGBT que lhe dava visibilidade política. Isso apenas foi possível porque Bolsonaro falseava os fatos, distorcendo o que era a ação governamental. E continuou ao longo dos anos. Há um pouco mais de um mês do primeiro turno das eleições presidenciais de 2018, ao ser indagado no jornal televisivo de maior audiência do país sobre o seu reiterado comportamento e discurso homofóbicos, ele respondeu mentindo. Por exemplo, quando apresentou o livro *Aparelho sexual e cia.* afirmando que fazia parte do kit, que tinha sido distribuído para as

² Para uma análise mais detalhada desse período, ver Toitio (2016, p. 174-223).

³ Marcelo Godoy. “Um fantasma ronda o Planalto”. *Estadão*. Disponível em: <http://infograficos.estadao.com.br/politica/bolsonaro-um-fantasma-ronda-o-planalto/>. Acesso em jul. 2020.

escolas públicas e usado na educação de crianças a partir de seis anos de idade, o que não procedia. No entanto, a sua versão manipulada dos fatos lhe rendia audiência: de acordo com a fala do então candidato, uma *live* numa rede social que fez sobre o livro lhe rendeu cerca de “quarenta milhões de acessos em quinze dias”⁴. E arrematou: “um pai não quer chegar em casa e encontrar o filho brincando com boneca por influência da escola”⁵.

Aos poucos, no léxico bolsonarista, o termo “kit-gay” foi dividindo espaço com outro: “ideologia de gênero”. Esta seria, há um só tempo, a motivação política e o conteúdo pedagógico de tal kit, dando nome ao espectro que estava por trás das conquistas políticas do movimento LGBT e do feminismo. Durante a presidência, tocaria no assunto com alguma frequência, como em agosto de 2019, na Marcha para Jesus em Brasília, quando no palanque defendeu ser a “ideologia de gênero” “coisa do capeta”, expondo todo o seu louvor à abjeção dos corpos e vivências não-heterossexuais. Ou, como em maio de 2020, após o STF declarar inconstitucional uma lei municipal (de Nova Gama, Goiás) que vetava a discussão de gênero na educação básica, Bolsonaro declarou que enviaria um projeto de lei com “urgência constitucional” proibindo a tal “ideologia de gênero” na escola – o que não foi feito.

No que se convencionou chamar de “guerra ideológica” do governo, desde o início do mandato, houve um esforço em ministérios e secretarias como Educação e Cultura, no sentido de desmontar qualquer política voltada para promover a igualdade de gênero e o respeito à diversidade. Desde o “Plano de Governo” da campanha, para a área de Educação destacava, entre as pouquíssimas e insuficientes medidas apresentadas, a seguinte: “Mais matemática, ciências e português, SEM DOCTRINAÇÃO E

⁴ Já uma reportagem da *Folha de São Paulo* trouxe a informação de que, em outubro de 2018, na página do Bolsonaro em uma rede social havia um vídeo com 8,6 milhões de visualizações em que o então deputado e candidato à Presidência acusava, em 2016, “o PT de promover a sexualização precoce de crianças nas escolas do país”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/10/motores-de-bolsonaro-escola-sem-partido-e-ideologia-de-genero-tem-raizes-religiosas.shtml>. Acesso em jul. 2020.

⁵ A existência de um “kit-gay” foi declarada uma informação falsa pelo Tribunal Superior Eleitoral entre o primeiro e o segundo turnos das eleições de 2018. Realmente houve o kit do projeto Escola sem homofobia, mas não um “kit-gay” nos moldes e com os objetivos levantados por Jair Bolsonaro. Eram falsos os materiais que ele apresentou como prova do “kit” bem como as acusações de ser uma política voltada para a educação infantil.

SEXUALIZAÇÃO PRECOCE”⁶. Escrita em letras maiúsculas, essa última parte defendia a proibição de discutir a teoria marxista e outras questões defendidas pela esquerda, como a inclusão dos conteúdos relacionados à diversidade sexual e de gênero na educação escolar. Nesse sentido, a ideia de “doutrinação” tinha por pressuposto outra categoria que ganhara o léxico bolsonarista: o “marxismo cultural”, que estaria disseminado nas escolas e universidades e implantando o comunismo a partir da educação e da “ideologia de gênero”.

Assim, como reflexo da trajetória do líder do neofascismo no Brasil, foi que o marxismo e o feminismo, enovelados na farsa do “kit-gay”, foram jogados no centro das eleições de 2018. E ao serem arrastados pela porta dos fundos e pelas mãos da extrema direita, ganharam destaque no debate nacional, sendo explorado não o que nessas teorias há de potência, mas sim o conjunto de preconceitos e estigmas constituído em torno delas. Isso para torná-las os ingredientes mais picantes de uma trama conspiratória que “provava” como o comunismo de forma astuta e silenciosa colonizava por dentro o capitalismo ocidental.

Nessa perspectiva, o “marxismo cultural” foi elevado à teoria hegemônica e que estaria presente, mesmo que dissimuladamente, no feminismo, no movimento LGBTQ+, na luta antirracista, no movimento indígena, no ambiental, na agroecologia. Essa teoria faria funcionar também os sindicatos, os movimentos sem-terra, sem-teto etc. e teria tomado conta das escolas, universidades, alguns setores religiosos, ONGs. E a partir das instituições, estaria impregnando a visão e comportamento dos indivíduos e agiria até mesmo sobre a “sexualidade das criancinhas”. Essa hegemonia seria garantida com a ajuda dos governos “socialistas” que financiariam esses movimentos e os colocariam dentro da máquina pública para colocar em marcha uma revolução social que destruiria o capitalismo, a família cristã e o próprio Brasil. E, de alguma forma, o sucesso da parada do orgulho LGBTQ+ ou o estudo de conteúdos sobre gênero e diversidade sexual no ensino médio era uma das provas mais cabais dessa conspiração.

6

Disponível

em:

http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517//propost_a_1534284632231.pdf. Acesso em jul. 2020.

Esse é, certamente, um resumo tosco de uma “teoria” igualmente tosca, mas que ganhou alguma “sofisticação” no debate produzido pelo intelectual da extrema-direita Olavo de Carvalho. Na tentativa de construir uma narrativa que justificasse a necessidade de uma inflexão política à direita mais radical, Olavo importou o termo “marxismo cultural” para explicar a trajetória da esquerda no Brasil e como ela continuaria a sua luta mesmo em uma economia capitalista. A partir de elementos concretos, ele inventou uma narrativa que, com o tempo, acabou servindo para “cimentar” ideologicamente a organização política do bolsonarismo – o qual, conforme foi ficando mais visível no decorrer de seu governo, nada mais é do que a versão brasileira do neofascismo que também emergiu em outros países, nas duas últimas décadas.

A questão que me importa aqui, contudo, não são os inúmeros equívocos de leitura política cometidos por um intelectual bolsonarista. E, sim, indagar: o que o fato fez a extrema direita ter misturado o marxismo e o feminismo (e as teorias de gênero e sexualidade), elegendo-os os inimigos principais a serem combatidos, pode falar sobre o marxismo e o feminismo? Mais especificamente, a proposta do presente artigo é refletir o que a análise do processo político do Brasil recente pode contribuir para pensar o próprio diálogo do marxismo com o feminismo e as lutas pela diversidade sexual e de gênero. Para tanto, analisarei o termo “ideologia de gênero” a partir de uma aproximação teórica entre os símbolos principais do marxismo fantasmagórico criado pela extrema direita: Antonio Gramsci e Judith Butler. Isso me levou a investigar também Louis Althusser e Michel Foucault, lançando-me em uma investigação em que privilegiei não as rupturas entre as teorias, mas as continuidades e possíveis articulações. E depois, apresentarei as principais ideias conservadoras que estão por trás da expressão “marxismo cultural”, para, então, analisar o próprio marxismo na atualidade e o seu diálogo com outras lutas sociais. E concluo, apontando a importância do marxismo, mas também a necessidade de repensar e democratizar o marxismo como teoria.

“Ideologia de gênero” como instrumento de poder: uma digressão sobre ideologia

O termo “ideologia de gênero” ganhou a “cena” política brasileira, principalmente a partir de meados dos anos 2010, nos debates do Congresso Nacional para barrar os direitos LGBT e das mulheres. Um marco importante foi em 2014, com a articulação da “bancada evangélica” para retirar os termos “igualdade de gênero” e “orientação sexual” do Plano Nacional da Educação, que faziam parte de medidas definidas na Conferência Nacional de Educação – formada por diversas organizações e movimentos da sociedade civil. A ideia de uma “ideologia de gênero”, que estaria por trás da elaboração das teorias sociais de gênero e de sexualidade e dos movimentos LGBT+ e feminista, começou a se espalhar no Congresso Nacional como forma de reunir em uma única expressão capaz de denominar o inimigo invisível a ser destruído pelas forças conservadoras e que, em alguma medida, estava se convertendo em direitos e políticas LGBT e feministas.

Tanto a noção de “ideologia de gênero” quanto a de “marxismo cultural” foram importadas dos debates de setores da direita conservadora dos EUA e da Europa, que começaram a utilizar a partir dos anos 1990. Miskolci & Campana (2017), em um estudo da genealogia do termo “ideologia de gênero”, mostram como a expressão ganha visibilidade a partir dos setores católicos conservadores e críticos aos direitos sexuais e reprodutivos. O uso ficou mais evidente após a reação do então cardeal Joseph A. Ratzinger contra as ideias feministas, sobretudo aquelas expressas na Conferência Mundial de Beijing sobre a Mulher, promovida pela ONU, em 1995. Entre outras coisas, a Conferência passou a utilizar o termo “gênero” no lugar ao de “mulher” em seus documentos e resoluções. Assim, a expressão “ideologia de gênero” passou a ser associada, entre outras coisas, “às diversas discussões que giram em torno da saúde reprodutiva das mulheres, da educação sexual ou do reconhecimento de identidades não heterossexuais” (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 725).

Em 2017, a presença de Judith Butler no Brasil, em um debate sobre “Os fins da democracia”, gerou manifestações contra aquela que seria a grande mentora da “ideologia de gênero”. Antes de sua chegada, de acordo com a *Folha de São Paulo*, foi organizada uma petição on-line que reuniu mais de 300 mil assinaturas pedindo o cancelamento do evento. Durante o debate, um grupo do lado de fora carregava cartazes com dizeres como

“Menino nasce menino #XoJudith”, “Não à ideologia de gênero” e “Meus filhos minhas regras”⁷. Alguns dias depois, no mesmo jornal, Butler publicou um artigo respondendo às manifestações:

A teoria da performatividade de gênero [desenvolvida por Butler] busca entender a formação de gênero e subsidiar a ideia de que a expressão de gênero é um direito e uma liberdade fundamentais. Não é uma “ideologia”. Em geral, uma ideologia é entendida como um ponto de vista que é tanto ilusório quanto dogmático, algo que “tomou conta” do pensamento das pessoas de uma maneira acrítica⁸.

Então, faz sentido falar da existência de uma “ideologia de gênero”? Não, se considerarmos o conceito de ideologia expressado no jornal por Butler, que é a compreensão mais “comum” e vulgar. Contudo, haveria sentido se partirmos de uma conceitualização diferente de ideologia, teoricamente fundamentada, e se aceitarmos que o termo vem sendo utilizado para nomear exatamente aquilo que ele pretende negar e esconder. Conforme discuti em outra ocasião (TOITIO, 2015), o heterossexismo pode ser entendido como uma ideologia, uma forma de compreender e sentir o mundo fundada em torno da ideia de que a heterossexualidade constitui a única forma natural de sexualidade e, por isso, deve ser compulsória a todo o mundo. Esse debate é, claramente, uma apropriação que fiz do conceito de “matriz heterossexual” de Butler, que evidencia como a heterossexualização do desejo requer a e apenas funciona dentro da lógica binária que classifica os gêneros e dita quais corpos podem ser considerados “coerentes”.

A finalidade dessa apropriação era trazer o debate para o marxismo, sem ter a preocupação de fazer a discussão a todo momento com Butler, tirando a análise um pouco do campo da filosofia da linguagem para trazê-la para a ciência política e a sociologia política. Ao mesmo tempo, isso permitia refletir como as normas e as concepções que, em sua relação dialética com a divisão sexual do trabalho, formam as relações de gênero e como estas e o heterossexismo estão relacionados à reprodução social e ao capitalismo. Nessa sessão, gostaria de recuperar e melhor desenvolver essas questões, discutindo a

⁷ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/11/1933437-manifestantes-pro-e-contrajudith-butler-protestam-no-sesc-pompeia.shtml>. Acesso em jul. 2020.

⁸ Judith Butler. “Judith Butler escreve sobre sua teoria de gênero e o ataque sofrido no Brasil”. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtml>. Acesso em jul. 2020.

ideia de heterossexismo a partir das abordagens teóricas de Gramsci e Butler. Isso me levou a considerar também as contribuições de Althusser e Foucault, por serem de fato os mediadores dessa inusitada articulação entre Gramsci e Butler.

A ideia é investigar essa possibilidade de articulação procurando as continuidades teóricas presentes entre as suas contribuições. Faço isso consciente das muitas e significativas rupturas que existem entre suas teorias – rupturas que os estudos acadêmicos das últimas décadas se esforçaram em demarcar como fronteiras intransponíveis – e do fato de o pensamento de cada um/a ser influenciado por outras correntes teóricas, com as quais não discutirei. A intenção é evidenciar alguma linha de continuidade entre essas teorias, revirando um pouco as conexões constituídas de forma mais ou menos sequencial, como numa *Quadrilha* de Drummond: Gramsci influenciou (a teoria política de) Althusser, que influenciou Foucault, que influenciou Butler e que vem influenciando profundamente a atual elaboração das teorias críticas. Além disso, gostaria de mostrar porque insisto na contribuição de Gramsci para compreender a atualidade e como instrumentos teóricos e perspectivas de análise forjados por Foucault e Butler podem ser assimilados por uma interpretação marxista. Mais especificamente, parto do conceito de ideologia para relacionar com os de discurso e de hegemonia.

De início, vale destacar o papel de Gramsci na crítica ao marxismo economicista e no desenvolvimento teórico de diversas vertentes do marxismo, por insistir no peso fundamental de categorias como ideologia, política e cultura na compreensão de como o capitalismo se constituiu e continua se reproduzindo. Foi também pioneiro ao afirmar que para Marx as ideologias não são “aparências” nem “ilusões”, pois também contribuem para constituir a “realidade efetiva”. Gramsci procurou mostrar, sobretudo, o caráter produtivo da ideologia na luta entre capital e trabalho e na formação da sociedade capitalista – caráter que prevalecia em muitos textos marxianos, sobretudo os de análise concreta da política. Para tanto, sublinhou o sentido de ideologia proposto por Marx no *Prefácio* de 1859, quando este afirmou que se o modo de produção da vida material determina a construção das “formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito e o conduzem até o fim” (MARX, 1978, p. 130). Somente por meio das

ideologias que é possível compreender as condições materiais e políticas as quais estamos submetidos e tentar modificar a situação.

Nesse sentido, Gramsci insistiu que Marx já mostrava a solidez das concepções e crenças quando elas se apoderam das massas e evidenciam a “sua imperatividade quando produzem normas de conduta” (GRAMSCI, 2006, p. 118). Assim, a perspectiva gramsciana adiantava duas questões fundamentais para a teoria de Althusser (e, indiretamente, para o pós-estruturalismo): que a ideologia tem uma materialidade (noção que Althusser vai aprofundar); e, a segunda, que a ideologia é uma forma de compreender o mundo, mas também uma forma de agir, uma forma de conduta, que ao conduzir a ação de indivíduos e grupos sociais pode se constituir como modo de vida. Disso resulta que, para Gramsci, ideologia não é uma simples “concepção de mundo”, como faz a leitura reducionista de Althusser sobre o debate gramsciano.

Cabe reconhecer que, apesar das diferenças teórico-epistemológicas significativas que existe entre ambos, Althusser sublinha alguns dos avanços mais importantes do conceito de ideologia de Gramsci, relendo-os e ampliando-os com os instrumentos fornecidos pelas teorias críticas da linguagem. Embora o italiano tivesse uma preocupação especial com a linguagem (que é evidente em seus estudos sobre literatura, jornalismo, educação e filosofia), ele não acompanhou o desenvolvimento da semiologia e da análise do discurso. Nesse campo, Althusser teve um papel fundamental ao lançar mão da análise do discurso como instrumento para compreender a dinâmica entre linguagem e poder e, além disso, ao teorizar sobre a constituição do sujeito (o assujeitamento) a partir da ideologia e do discurso. Questões que se tornaram fundamentais para a formação do pensamento pós-estruturalista.

De forma resumida, Althusser pensou a ideologia⁹ não apenas como uma representação ou uma concepção abstrata de mundo, mas como ela se materializa em práticas e instituições sociais: como a ideologia burguesa se materializa, por exemplo, nas práticas escolares, no judiciário ou na política. A ideologia relacionada a um aparelho material “prescreve práticas materiais reguladas por um ritual material”. Entre outras

⁹ É importante apontar que para Althusser (2008) o conceito de ideologia é muito mais amplo e, por isso, ao falar em ideologia em sua teoria, refiro-me ao o que ele denomina de ideologias secundárias.

teses, conclui: “toda prática só existe por meio de e sob uma ideologia” (ALTHUSSER, 2008, p. 209) – afirmação que satisfaria a análise gramsciana. Mas, Althusser aprimora a teoria ao afirmar que a materialidade da ideologia está presente tanto nos aparelhos (ideológicos e o Estado) quanto no discurso. Para ele, uma das formas de realização do ideológico é o discurso. Sua materialidade pode ser encontrada na constituição de signos e significados que circulam e interpelam o indivíduo (como sujeito), procurando regular o seu comportamento.

Como resume Stuart Hall, as ideologias são “estruturas de pensamento e avaliação do mundo”, isto é, “as ‘ideias’ que as pessoas utilizam para compreender como o mundo social funciona, qual o seu lugar nele e o que *devem* fazer” (HALL, 2013, p. 191, grifo do autor). E aqui a mediação com a linguagem é inexorável, haja vista que ela constitui “o meio por excelência através do qual as coisas são ‘representadas’ no pensamento, sendo, portanto, o meio no qual a ideologia é gerada e transformada” (idem, *ibidem*, p. 309).

Essa questão é particularmente importante porque o pós-estruturalismo acabou acatando a tese althusseriana de que a ideologia se materializa em práticas sociais, contudo, construindo a análise a partir da categoria discurso, que se materializa e regula práticas e instituições e, agora, corpos e desejos. Pensar como discursos se materializam em corpos, foi essencial para o desenvolvimento da tese pós-estruturalista de que os discursos normatizam a constituição do nosso gênero e da nossa sexualidade, perspectiva que começa com Foucault e é amplamente desenvolvida por Butler. Contudo, se ambos renunciaram ao conceito de ideologia em prol do termo discurso, faz sentido insistir no uso do primeiro?

É interessante que Foucault (1988) definiu o dispositivo da sexualidade como a rede constituída por instituições, discursos, leis, organizações, enunciados científicos, proposições filosóficas e morais, que punham a sexualidade como alvo de vigilância e controle, produzindo, ao mesmo tempo, a intensificação dos desejos nos próprios corpos. Contudo, ao analisar os mecanismos que disciplinam a construção de desejos e de corpos, ele se ateve muito mais na análise do funcionamento dos instrumentos de poder em detrimento do estudo da lógica que organiza e unifica tais instrumentos no

“dispositivo da sexualidade”. E essa problemática será melhor desenvolvida (alguns anos após a morte de Foucault) por Butler – ainda que não fosse a intenção dela de preencher tal lacuna.

Ela partiu da tese foucaultiana de que a categoria “sexo” é um “ideal regulatório” que “funciona como norma” e integra também “uma prática regulatória que produz os corpos que governa, ou seja, cuja força regulatória é evidente como um tipo de poder produtivo, um poder de produzir – demarcar, circular, diferenciar – os corpos que controla” (BUTLER, 2019, p. 15). Contudo, ela vai além, ao se dedicar a análise da dinâmica que organiza a norma e faz funcionar a prática regulatória. E, para tanto, Butler lançou mão do conceito de “matriz heterossexual” que, em resumo, designa a grade de inteligibilidade cultural por meio da qual corpos, gêneros e desejos são naturalizados. Para ela, na constituição de corpos inteligíveis e “coerentes”, é necessário que haja um sexo “estável” expresso por um gênero “estável” (masculino expressa macho e feminino expressa fêmea), que é definido oposicional e hierarquicamente por meio da prática compulsória da heterossexualidade (BUTLER, 2003, p. 215-6).

Nessa dinâmica, a forma heterossexual reprodutiva é a forma que tem a prerrogativa de legitimidade no interior de um circuito onde sexo, gênero, desejo e práticas sexuais estão íntimas e imbricadamente articulados: a produção de oposições assimétricas entre “feminino” e “masculino”, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de “macho” e de “fêmea”, é instituída e demandada pela heterossexualização do desejo (BUTLER, 2003, p. 38-9). A reprodução da “matriz” reitera a ilegitimidade e a abjeção das diversas e inúmeras práticas e expressões sexuais que fogem desse padrão.

No entanto, o que é essa matriz, essa grade de inteligibilidade cultural senão uma forma de compreender e sentir o mundo (Gramsci), senão uma representação imaginária de nossa relação imaginária com nossas condições de existência e que se materializa em prática social (Althusser)? Não seria também uma concepção de mundo ligada a certas normas de conduta que se efetivou como “força material”, que se concretizou em instituições (família, Estado, escola, medicina) e em comportamentos, ajudando a “cimentar” um modo de vida? Se a ideologia constitui, não simplesmente um conjunto

particular de discursos, mas sim “um conjunto particular de efeitos dentro dos discursos”¹⁰, não seria o discurso LGBTfóbico uma forma de realização da ideologia heterossexista? E a violência misógina uma forma de realização da ideologia patriarcal?

A ideologia não é um conjunto de enunciados estáticos ou um modelo de conduta, mas é um processo que ao se realizar traz sentido à nossa vida e significado ao que vivemos. Ao tornar-se hegemônica, a ideologia heterossexista se constituiu como “o significado mais alto de uma concepção de mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” (GRAMSCI, 2006, p. 98-99). Na interpretação de Raymond Williams, o termo hegemonia trata de um conjunto de práticas e expectativas, de compreensão da natureza do ser humano e seu mundo. É quando a ideologia ganha um “sentido absoluto” por já se tratar de uma realidade vivida e além da qual se torna muito difícil para a maioria da sociedade se mover, uma vez que ela abrange as diversas dimensões da vida de cada indivíduo. Nesse sentido, hegemonia diz respeito a um vívido sistema de significados e valores que, na medida em que são experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente (WILLIAMS, 2011; 1979).

Por meio do heterossexismo, concebemos nosso sexo, corpo e desejo, que não apenas legitima a prática heterossexual como obrigatória e impõe a divisão hierárquica de gênero como natural, mas, também, pelo qual são organizadas as demais expressões e práticas sexuais. A noção de hegemonia agrega o sentido de ser uma concepção “encarnada”, de forma predominante, nas práticas sociais; de oferecer determinados valores e significados que são experienciados concretamente. E indica também que não existe uma determinação inexorável do corpo e do desejo. Mesmo que todo mundo ao nascer seja considerado um “sujeito” heterossexual e a heterossexualidade seja uma referência constante como modelo naturalizado de sexualidade, há possibilidades de romper com o heterossexismo durante as trajetórias de vida e, de acordo com o contexto, de constituir novas formas de inteligibilidade de gênero.

Por mais que seja uma noção importante e presente nos escritos do estruturalismo e do pós-estruturalismo, de Althusser a Butler, hegemonia não é uma

¹⁰ A afirmação é de Terry Eagleton (1997, p. 172) na definição de ideologia.

categoria analítica central e teorizada em suas contribuições como é em Gramsci. O conceito de hegemonia é, aqui, essencial para entender como as lutas e conflitos são muito mais abertos e contingentes do que imaginamos. A luta ideológica, como parte de uma “guerra de posições”, é uma negociação permanente entre forças contrastantes; uma disputa constante entre formas de ser e de pensar que procuram se fazer Estado e ganhar a direção intelectual e moral da sociedade. Gramsci chamou atenção para o fato de que a “expansão” de uma ideologia está ligada aos valores e interesses imediatos de uma classe ou grupo social.

Isso não significa que, necessariamente, haja um alinhamento automático entre a posição de classe de uma pessoa e o seu posicionamento (ideológico) de classe. Porém, essa constatação não implica, tampouco, que a ideologia seja um conjunto de ideias sem sujeitos concretos e que ela não tenha um compromisso com pensamentos e interesses concretos de certas classes sociais. Por mais que a ideologia, em sua materialização em comportamentos e em discursos, só pode se constituir como “força hegemônica” ao se difundir entre os vários grupos e classes sociais, não podemos abstrair a ideologia das relações e conflitos que a constituem: a realização da ideologia no jogo de forças contrastantes significa a legitimidade de privilégios para alguns grupos e a subalternidade para tantos outros.

Apesar de Foucault não colocar a análise nesses termos, seu estudo em torno das relações de poder nos apresenta uma perspectiva importante ao compreender o poder como “a multiplicidade de correlações de forças” que, entre outros elementos, estão nas “estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais” (FOUCAULT, 1988, p. 103). Foucault não nega a existência das relações de classes sociais, mas traz a ideia de relações de poder que produzem “hegemonias” sociais e políticas. Ele nos lembra que o nosso corpo é atravessado por diferentes hegemonias, que (para mim) surgem nos embates e conflitos das relações sociais (de sexualidade, gênero, raça, classe) as quais nos constituem como sujeitos assujeitados.

Mesmo reconhecendo essa multiplicidade de relações sociais que se constituem por diversos mecanismos e estratégias de poder, insistiria na ênfase de Gramsci (e do

marxismo) de entender que a ideologia constitui os e é constituída nos interesses imediatos de grupos sociais concretos, expressando-se em certas demandas políticas e projetos de sociedade. Essa questão é particularmente importante para pensar os movimentos que organizam a ação política e que se lançam em uma disputa sistemática pela mudança das condições que geram a desigualdade e a subalternidade. E ela é importante também para pensar a própria conjuntura atual.

Se hoje, junto a várias análises, podemos afirmar a emergência de um movimento neofascista no Brasil, isso só aconteceu devido à existência de uma ideologia que o unifica movimento, dentro da variedade de forças sociais que ele mobiliza. A ideologia neofascista se constituiu em torno de um projeto de sociedade baseado no autoritarismo política e social; no culto à violência como forma de resolver os dilemas sociais; no entendimento de que a única forma legítima de família é a família (hetero)patriarcal; no armamentismo e na defesa da política de morte (necropolítica) do Estado como algo previsto e reconhecido formalmente. Não é um projeto econômico (que pode ser preenchido de acordo com o contexto por conteúdo neoliberal ou intervencionista), mas um projeto político-ideológico, pautado na eliminação dos inimigos da “nação” e das “pessoas de bem”, categorias abstratas que também podem ser preenchidas de acordo com a conjuntura.

Todavia, mesmo que os discursos e práticas neofascistas estejam disseminados entre os diferentes grupos e classes sociais e impregnados nas “camadas” populares, foi pela ação dos setores conservadores da “pequena burguesia” (os pequenos e médios proprietários) e da “classe média” (assalariada), que o movimento neofascista¹¹ se formou e, com o tempo, passou a abrigar diversas formas de organização e militância.

Esse movimento se constituiu como reação a perda de privilégios gerada pela (pequena) melhoria nas condições de vida das classes trabalhadores pobres e pela maior visibilidade política dos grupos subalternos, sobretudo nos governos petistas. A partir de uma grade de entendimento do mundo que trata as relações de maneira binária (nós x os inimigos a serem eliminados) e que é forjada em torno de teorias da conspiração e do

¹¹ Existem importantes análises em desenvolvimento sobre o tema e discuto com base em Boito (2020).

negacionismo, o neofascismo ganhou no discurso da “ideologia de gênero” um instrumento de mobilizar politicamente os setores mais reacionários, principalmente o conservadorismo cristão.

O discurso da “ideologia de gênero” foi eficaz em frear a construção dos direitos e políticas sexuais e reprodutivas. As iniciativas políticas que tinham o objetivo de democratizar a sociedade, promovendo a igualdade de gênero, foram traduzidas de maneira manipulada em violência de Estado. Algo que deu vantagem a esse discurso foi o seu próprio enunciado por se tratar de uma armadilha, uma vez que, ao chamar de “ideologia” as teorias de gênero e sexualidade, escondem o fato de que nós culturalmente carregamos e nos constituímos por meio de ideologias de gênero, como o heterossexismo e o machismo (e as normas de gênero). A produtividade desse discurso foi aproveitada pelo bolsonarismo, ajudando a eleger o candidato que portava um projeto neofascista e ultra(neo)liberal. Esse projeto político no governo executivo tentou se tornar hegemônico no Estado nos primeiros meses da pandemia e, hoje, disputa para se tornar hegemônico na sociedade. Nesse processo, a noção de “ideologia de gênero” pode ser mais ou menos acionada para, a depender do contexto, mobilizar a base bolsonarista.

O “Marxismo cultural” encontra o marxismo: o que o olavismo fala de nós?

Após as eleições de 2018, os meses seguintes foram de agitação entre os parlamentares mais conservadores interessados na provação do projeto de lei conhecido como “Escola sem partido”. Esse nome é informal e serviu para apelidar vários projetos de lei, sendo que o último a ser discutido naquele ano foi o PL 7180/2014, do deputado Erivelton Santana (do Partido Social Cristão), membro da “bancada evangélica”. O projeto propunha inserir como um princípio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional “o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa”¹². Assim, o texto pretendia colocar esse princípio

¹²

Disponível

em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1230836&filename=Tramitacao-PL+7180/2014. Acesso em jul. 2020.

ao lado de outros, como a garantia da igualdade, da liberdade de aprender e ensinar, o respeito à pluralidade, para na prática ter a possibilidade de negar estes últimos.

Esse projeto de lei foi arquivado já em dezembro de 2018. Em fevereiro, deputados bolsonaristas apresentaram um novo projeto, o PL 246/2019, proposto pela deputada Bia Kicis (Partido Social Liberal) e que instituíria o Programa Escola sem partido, que poderia ser adotado pelos diferentes sistemas de ensino. Entre outras medidas que buscavam ferir a autonomia educacional e pedagógica do ensino, encontrava-se a seguinte: “o Poder Público não se imiscuirá no processo de amadurecimento sexual dos alunos nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero”. O PL iria obrigar que cada sala de aula tivesse um cartaz com os “deveres do professor”, este que entre outras coisas não poderia “promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias”¹³. Esse projeto tinha inúmeros problemas (que atentavam contra a democracia), mas o que gostaria de destacar é o que motivou a elaboração do PL: o pensamento de que na educação formal haveria uma “doutrinação marxista”, empreendida, sobretudo, por meio das disciplinas de Ciências Humanas, e que incluiria a inculcação da “ideologia de gênero” nos/as estudantes.

Esse pensamento tinha como fundamento as teses de Olavo de Carvalho, que procurava forjar um discurso teórico que explicasse historicamente como essa doutrinação teria se constituído. A ideia de “marxismo cultural” havia ressurgido entre a direita estadunidense desde os anos 1990. Na análise de Olavo, em artigo publicado no jornal *O Globo*, já em 2002, ganhou um resumo mais ou menos o seguinte: “Gramsci descobriu a ‘revolução cultural’, que reformaria o ‘senso comum’ da humanidade”, fazendo dos intelectuais “a classe revolucionária eleita”. Com a emergência da Escola de Frankfurt e sua “teoria crítica”, a intenção era apenas destruir: a cultura, a confiança entre as pessoas, a fé religiosa, a linguagem, a capacidade lógica. E “da França, a escola recebeu a ajuda inestimável do método ‘desconstrucionista’” que teria inventado que

13

Disponível

em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707037&filename=Tramitacao-PL+246/2019. Acesso em jul. 2020.

[...] os machos brancos oprimem mulheres, negros, gays e *tutti quanti*, incluindo animais domésticos e plantas. A contribuição local americana foi a invenção da ditadura linguística do “politicamente correto”. Em poucas décadas, o marxismo cultural tornou-se a influência predominante nas universidades, na mídia, no show business e nos meios editoriais do Ocidente. Seus dogmas macabros, vindo sem o rótulo de “marxismo”, são imbecilmente aceitos como valores culturais supra-ideológicos pelas classes empresariais e eclesiásticas cuja destruição é o seu único e incontornável objetivo¹⁴.

A perversidade do “marxismo cultural”, para Olavo, residia em sua suposta intenção de construir “uma atmosfera de suspeita, confusão e ódio” para que, quando atingido esse objetivo, alegar que “a suspeita, a confusão e o ódio eram a prova da maldade do capitalismo”. Essas teses incorretas, primeiro proferidas em um jornal de grande circulação, constituíram-se em ação concreta diante da organização da extrema direita durante a década de 2010, que tinha nesse inimigo fantasioso o seu alvo primordial: a destruição do comunismo e da hegemonia marxista, feminista, gayzista, antirracista (ambientalista, indigenista etc.) na cultura. Apesar dos muitos delírios dessa perspectiva política, suas teses forneceram um arsenal discursivo que “provava” como o socialismo teria, enfim, tornado-se governo no capitalismo ocidental e que ele deveria ser barrado a qualquer custo.

A análise de Olavo é simplista e repleta de remendos, não se tratando de fazer aqui um debate com a sua “teoria”. Porém, cabe destacar um dos seus principais equívocos que é afirmar a existência de uma hegemonia marxista formada por meio da cultura; que há um movimento amplo e invisível de construção do comunismo pela revolução moral e cultural. Como se tudo estivesse sido resultado de um processo orquestrado de manipulação política, havendo uma “aplicação sistemática, onipresente e avassaladora”¹⁵ da estratégia gramsciana, que centraliza e coordena os diversos movimentos sociais.

Esse devaneio se aproveita do fato de que o marxismo está, de fato, difundido pela sociedade em diversos espaços: em partidos e movimentos sociais e populares, na arte, na educação, na análise política e outros. Todavia, isso não significa que o marxismo

¹⁴ Uma cópia do artigo está disponível em: <https://olavodecarvalho.org/do-marxismo-cultural/>. Acesso em jul. 2020.

¹⁵ Olavo e Carvalho. “Aviso ao Escola Sem Partido” (vídeo). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qySuenfRkDk>. Acesso em jul. 2020.

seja hegemônico nos espaços onde circula. Ao contrário. Só para ficar no exemplo da educação, o marxismo é apenas uma entre várias outras teorias sociais e pedagógicas que perpassam a formação intelectual de estudantes e professores/as. E tão pouco, o marxismo estaria por trás da organização do feminismo, da luta LGBT+, antirracista ou ambientalista. Essa conclusão não consegue explicar os inúmeros conflitos e rupturas existentes entre a esquerda marxista e esses movimentos, o que distanciou as lutas entre si e as constituíram sob estratégias e teorias diferentes.

No entanto, há algo de interessante nas fantasias de Olavo que, longe de serem uma mentira deslavada, constituíram-se mais como um mar de enganos e equívocos teóricos, mas formado por gotas de verdade, isto é, com referência em fatos e processos reais. Isso torna a argumentação convincente aos ouvidos desavisados (ou mal intencionados). Mas, para mim, é uma oportunidade de refletir sobre a relação do marxismo com outras teorias e lutas subalternas na atualidade.

É engraçado que Olavo utilize os instrumentos de análise gramscianos para formular suas próprias verdades. Se é um equívoco falar em hegemonia cultural marxista, não significa, contudo, que inexista uma luta ideológica em que o marxismo se coloca em disputa como uma teoria que também mobiliza e é mobilizada pelas forças sociais. A leitura de Gramsci sobre o “Ocidente” onde a “guerra de movimento” é precedida da “guerra de posições” na sociedade civil (e no Estado) nunca se tratou de uma opção política, como acreditou parte do marxismo que o acusaram de reformista. No entanto, essa sempre foi uma constatação. Afinal, o que marxistas, feministas, queer, antirracistas, ambientalistas estão fazendo, individual e coletivamente, para defender e “expandir” seus projetos, concepções e demandas contra as práticas hegemônicas?

O fato de nem sempre nomearmos a disputa hegemônica, não quer dizer que não exista uma luta incessante (não onipresente) entre maneiras de ver a realidade, nas relações interpessoais, no Legislativo e no Judiciário ou num momento de violência aberta. É importante lembrar que essa disputa se desenrola dentro de uma relação desigual, entre ideologias hegemônicas e subalternas, que têm mais ou menos acesso aos aparelhos e recursos (materiais e simbólicos). Por isso, quando um dos principais intelectuais da direita conservadora, Jorge Scala afirmou no título de sua obra, referência

no assunto, *La Ideología del Género: o El género como herramienta de poder* ele forçou a interpretação para expor uma realidade ilusória. É preciso entender que as teorias de gênero e sexualidade não são instrumentos de poder, mas sim um instrumento de luta hegemônica.

Só que de acordo com Scala, a “ideologia de gênero” é a ideologia mais radical da história devido ao seu potencial de destruir o ser humano a partir de seu núcleo mais íntimo, acabando com a sociedade simultaneamente (SCALA, 2010, p. 7). Embora sejam teorias “radicais” por se tratar de desconstruir e criticar a hegemonia avassaladora do heterossexismo e do machismo, as teorias sociais de gênero e de sexualidade não são instrumentos de poder porque não normatizam nem legitimam uma relação de poder, nem defendem uma aplicação compulsória na prática social de seus princípios e conclusões. Ao invés disso, tais teorias foram elaboradas na perspectiva da democratização das relações sociais, na defesa de uma sociedade baseada na livre expressão da sexualidade e do gênero. Mesmo não sendo uma imposição imediata, esse processo pode levar a perda de privilégios dos grupos hegemônicos. Daí, a reação tão gritante dos conservadores e reacionários contra o fortalecimento do debate de gênero e sexualidade no “espaço” público.

Cabe voltar ao equívoco na “teoria” olavista de tratar o “marxismo” como um sujeito capaz de unificar e dirigir o conjunto dos movimentos políticos e intelectuais (críticos), de forma quase onipresente. Entretanto, isso não quer dizer que o marxismo não tenha influenciado as correntes de pensamento ligadas a movimentos políticos, tais como o feminismo, o pós-estruturalismo, as teorias antirracistas e a teoria queer. O marxismo inspirou o desenvolvimento dessas teorias, emprestando a elas categorias e perspectivas de análise teórica, além da qualidade epistemológica de se constituir teoricamente, nomeando a historicidade radical das relações e das teorias e de revelar o conflito e as contradições a partir da perspectiva subalterna.

Não se pode desconsiderar o papel precursor de Marx, nesse caminho. Segundo Gramsci, ao fundar uma nova visão de mundo e inaugurar intelectualmente uma época histórica (LÖWY, 2007, p. 136), Marx abriu “um caminho inteiramente novo” e renovou “de cima a baixo o modo de conceber a filosofia” (GRAMSCI, 2006, p. 154). Já para

Foucault, “é impossível fazer história atualmente sem utilizar uma sequência infundável de conceitos ligados direta ou indiretamente ao pensamento de Marx e sem se colocar num horizonte descrito e definido por Marx”. E concluiu: “poder-se-ia perguntar que diferença poderia haver entre ser historiador e ser marxista” (FOUCAULT, 2002, p. 142-3). Se Marx foi o fundador de um novo modo de conceber a teoria (e a filosofia) e de uma nova forma de fazer história, isso significa que ele propôs uma nova grade de inteligibilidade para pensar as relações sociais a partir do trabalho.

Outra contribuição valiosa tecida por Gramsci é seu debate sobre a epistemologia marxista, em que enfatizou a relação entre ideologia e ciência e a historicidade radical das teorias. Ao contrário de Althusser, que separa ideologia e ciência, Gramsci entendeu o marxismo como uma visão de mundo formada pela perspectiva das condições de existência da classe proletária e que se constituiu como científica, isto é, fundamentada em uma metodologia e teoria (cujas teses são objeto constante de verificação e crítica). Enquanto isso, o liberalismo político e econômico havia se formado pela visão das classes capitalistas. Assim, “a ciência não se apresenta jamais como uma concepção objetiva nua, ela sempre aparece revestida por uma ideologia” (GRAMSCI, 2006, p. 175). É importante notar que quando Marx, desafiando a visão dominante, usava o termo “realidade efetiva”, ele estava disputando o sentido de “realidade” ao refazer e ressignificar os termos em que as concepções e teorias hegemônicas consideravam como “real” e “natural”. O esforço de Marx em iniciar uma teoria que desnaturalizasse as relações desiguais de classe, ao mesmo tempo em que constituía uma análise complexa do capitalismo.

Foucault apresentou uma concepção semelhante sobre a teoria marxista no debate sobre neoliberalismo e trabalho. Isso ao afirmar que os neoliberais faziam a crítica à economia política liberal clássica devido a sua lacuna no debate sobre o trabalho, categoria que era considerada um dos fatores fundamentais da produção de bens, junto ao capital e a terra, mas não explorada teoricamente. Assim, enquanto David Ricardo “reduziu inteiramente a análise do trabalho à análise da variável quantitativa do tempo”, houve “em compensação alguém que se chama Marx”. Como o liberalismo deixara o caminho livre para o marxismo se constituir teorizando sobre o mundo e o capitalismo a partir da categoria do trabalho, mais tarde o neoliberalismo estadunidense se incumbiu de

“reintroduzir” o trabalho em sua análise econômica. Para isso, foi necessário “situar-se do ponto de vista de quem trabalha”, sendo o trabalho estudado “como conduta econômica praticada, aplicada, racionalizada, calculada por quem trabalha” (FOUCAULT, 2008, p. 304-307). E daí vão surgir as ideias de “capital humano” e de “empresário-de-si”, na medida em o neoliberalismo se lançou em uma racionalização da vida de quem trabalha – mas pela perspectiva do capital.

Vale lembrar que para Foucault, o neoliberalismo (na teoria estadunidense) foi tratado como uma grade de inteligibilidade economicista dos comportamentos individuais e de “crítica e avaliação da ação do poder público em termos de mercado” (FOUCAULT, 2008, p. 339). Em outras palavras, essa definição poderia ser denominada também de ideologia neoliberal, que se expressa teoricamente e se converte em normas de conduta individual e de construção das políticas econômicas e sociais. E é importante sair dos limites da análise sobre saber e poder de Foucault, para compreender que embora essa “grade de inteligibilidade” esteja materializada e difundida na conduta e no pensamento de membros de diversas classes sociais, ela foi acionada, intensificada e “universalizada” em nome dos interesses do grande capital, sobretudo sua fração financeira – como o marxismo sustenta há algumas décadas.

A questão essencial para Gramsci em relação ao marxismo é justamente o fato de assumir a sua “parcialidade”, o seu compromisso com certas classes e grupos sociais, justamente devido a sua capacidade analítica de historicizar as relações, de maneira radical. Ao desnaturalizar a ideologia e a teoria liberais, Marx historicizou a sua própria teoria. Por isso, não se pode abrir mão da historicidade do próprio marxismo e da sua capacidade de se reconstituir como teoria. Isso, na medida em que o marxismo é, de acordo com Gramsci, a teoria das contradições existentes na história e na sociedade, sendo a expressão das “classes subalternas, que querem educar a si mesmas na arte de governo e que têm interesses em conhecer todas as verdades, inclusive as desagradáveis” (GRAMSCI, 2006, p. 388). O marxismo é a análise política da disputa e do conflito, que nomeia a disputa que é naturalizada pelas outras teorias, ao mesmo tempo que se expressa em projetos e movimentos políticos.

Olavo e os outros intelectuais do “marxismo cultural” sabem dessa peculiaridade do marxismo. Porém, conferem uma força que o marxismo não tem ao elegê-lo como força ideológica que estaria por trás das demais teorias críticas e do conjunto das lutas subalternas, como parte de um plano estratégico e unificado para atacar o capitalismo. Essa tese sem comprovação alguma não considera que o próprio marxismo, diante da ofensiva hegemônica do neoliberalismo, fechou-se em si mesmo, fazendo questão de se diferenciar das outras teorias e de se apegar aos “clássicos”. A análise marxista sobre outros temas que não o de classes se tornaram vertentes teóricas desenvolvidas por especialistas no assunto. E deu à centralidade do trabalho e das classes um status de essência divina e una.

A questão que importa, no entanto, é que o marxismo deveria ser a “teoria das contradições existentes na história e na sociedade” e não uma espécie de feudo político-intelectual. É imprescindível assumir o desenvolvimento de contradições históricas para além (e não apesar) das classes sociais e dar inteligibilidade a outras formas de subalternidade com base em suas historicidades. Isso possibilitaria o marxismo ser, não a força dominadora que guiaria a escrita das teorias críticas, mas um espaço de articulação entre movimentos e teorias, lançando-se como força hegemônica que porta um projeto de um novo modo de produção e de reprodução social, de um novo modo de vida no sentido mais amplo, ao procurar se constituir como síntese das perspectivas das lutas subalternas. Com isso, criaria as condições para que, por exemplo, trabalhadoras e trabalhadores LGBT+ também se imaginem em uma sociedade em que a livre associação do trabalho e a coletivização dos meios de produção são a forma de produção hegemônica.

Reinventar a sociedade, reescrever a teoria

A análise dos processos sociais e políticos gera diferentes interpretações teóricas, o que evidencia o conteúdo ideológico da ciência. No entanto, isso não torna válido falsificar os fatos e as evidências para forjar uma explicação capaz de justificar a manutenção dos privilégios da branquitude-machista-heterossexista-burguesa e o motivo de se opor às mudanças recentes que ameaçavam tais privilégios. As diferentes vertentes de fascismo que já existiram têm em comum o vazio intelectual e a falsificação da história

como condição para criar os inimigos a serem concretamente exterminados. Uma ideologia constituída em torno da violência e do autoritarismo precisa canalizar o ódio e o preconceito contra as subalternidades e suas formas de organização política. E para isso, sua “teoria” deve ser simplista e manipulada, uma mera justificativa para impor a ideologia (neo)fascista para a sociedade. Até aqui, nada de novo no front, pois o que faz a particularidade do desenvolvimento do neofascismo no Brasil são os seus conflitos concretos.

Após as eleições de 2018, Olavo de Carvalho passou a criticar o projeto de lei Escola sem partido. Em um aviso criticando os parlamentares que propunham tal projeto, ele admitiu que não havia uma comprovação científica de suas teses sobre a “doutrinações” do “marxismo cultural” na escola e, por isso, deveria ser feita uma investigação sobre o tema. Então – como recomendaria um leitor de Gramsci –, partir para uma disputa intelectual e cultural e, só daí, travar uma disputa legislativa e jurídica¹⁶. Todavia, a despeito da posição de seu “educador”, os parlamentares bolsonaristas tentaram novamente, em 2019, tramitar e aprovar o projeto de lei. Não porque haviam se voltado contra o intelecto que lhes forneciam legitimidade ideológica, mas sim porque havia um movimento de organizações e indivíduos que formava o Escola sem partido e que sabiam que aquele começo do novo governo era o momento mais favorável para a aprovação do projeto de lei. Mesmo assim, o projeto não tramitou conforme se desejava e isso não era só devido à vontade de São Olavo.

A agenda do Congresso Nacional estava quase toda voltada para a “reforma” da previdência social e havia um acordo puxado pelos líderes dos partidos liberais e conservadores a não pautar projetos considerados “polêmicos”. A crise econômica escancarou a tendência das pautas econômicas de se sobressair na agenda do Legislativo: era preciso priorizar a “reforma” como modo (e tentativa) de gerar as condições para o crescimento econômico do país a partir da perspectiva neoliberal e dos interesses do capital financeiro. Apesar da não aprovação do PL ter representado um alívio momentâneo aos profissionais de educação e aos movimentos LGBTQ+ e feminista, o

¹⁶ Olavo de Carvalho. “Aviso ao Escola Sem Partido” (vídeo). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qySuenfRkDk>. Acesso em jul. 2020.

motivo da não aprovação trazia outra aflição: a retirada de direitos sociais e previdenciários. A análise de como e porque essa pauta econômica naquele contexto prevaleceu no Congresso Nacional é feita pelo marxismo a partir da análise de forças políticas surgidas nas relações de classe. Por mais que o Estado seja atravessado pelo conjunto das relações sociais, são os conflitos e relações de classe que *tendem* a predominar na agenda política, o que se evidencia mais em momentos de crise econômica¹⁷.

A agenda de austeridade fiscal, de “teto” dos gastos públicos, que se fortaleceu no Estado nos últimos anos, enxugou as políticas sociais, esvaziando os recursos das políticas sexuais e reprodutivas. A vitória de Bolsonaro representou a vitória da união do projeto neoliberal (ultra)ortodoxo com o projeto neofascista. E como não acontecia desde a Ditadura Militar, essa aliança unificou os partidos e movimentos sociais de esquerda, de maneira que os partidos das classes trabalhadoras assumiram mais prontamente a defesa dos movimentos feminista, LGBT+, negro, indígena e, estes, uma crítica mais contundente ao fortalecimento do neoliberalismo. Se o governo Bolsonaro impõe limites violentos à atuação política das subalternidades, ele as obriga a dialogarem entre si, a se compreenderem mutuamente e a procurarem pontos de convergência.

Caso o marxismo queira se valer do contexto para se constituir como “força” hegemônica contra a atual e avassaladora ofensiva do neoliberalismo, é só ele olhar para essa prática política do “movimento atual” que passou a buscar a articulação das lutas. Para compreender e fortalecer esse processo a teoria não pode se fechar mais em si. Para isso, é preciso nuançar a afirmação de Gramsci que o marxismo deve buscar a sua ortodoxia na ideia de ele “basta a si mesmo”, pois o marxismo contém de fato “em si todos os elementos fundamentais para construir uma total e integral concepção de mundo” (GRAMSCI, 2006. p. 152), mas essa potencialidade nem sempre foi explorada pelos marxistas. Para fazer isso, o marxismo precisa se apegar na radicalidade de seu método, que é a afirmação da historicidade das relações, práticas e teorias; e ao mesmo tempo,

¹⁷ Iniciei esse debate sobre a relação entre a pauta política LGBT+ e o Estado capitalista em Toitio (2019; 2016) e pretendo aprofundá-lo em breve.

entender as relações de gênero, sexualidade e raça/etnia a partir de suas lógicas constituintes.

No intuito de explorar as potencialidades do marxismo, é necessário democratizá-lo como teoria, de forma a ampliar a grade de análise para dar inteligibilidade a outras lutas sociais. É preciso reescrever as análises históricas, não no sentido de superar os ensinamentos de Marx, Gramsci e outros, mas de reelaborar suas contribuições procurando as convergências das relações de classe com as subalternidades não-classistas. Por isso, é preciso repensar a própria noção de “ontologia” enjaulada na centralidade no trabalho e buscar o desenvolvimento “ontológico” na relação do trabalho com a linguagem e a natureza. A dicotomia entre trabalho e linguagem e trabalho e natureza, sustentada por muitos marxistas, não estava em Marx. Em *O capital*, trabalho é um processo em que participam ser humano e natureza, em que aquele

com sua própria ação impulsiona, regula e controla o seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeças e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 2006, p. 212).

Essas afirmações não tratam das “formas instintivas, animais, de trabalho”, mas do trabalho “sob a forma exclusivamente humana”, que busca o intercâmbio com a natureza por meio de uma intenção previamente imaginada, um plano consciente. Isso, na medida em que um trabalhador “não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar a sua vontade (MARX, 2006, p. 212). E como projetar e ter consciência do que se quer produzir sem a linguagem? A linguagem não seria uma condição *sine qua non* de todo processo de trabalho sob a forma humana?

Repensar a construção histórica do “ser social” a partir da articulação entre trabalho, linguagem e natureza, sem hierarquizar esses termos, pode fazer do marxismo, novamente, a teoria produtora de um novo movimento de transformação radical com vistas a combater as desigualdades sociais e democratizar as relações sociais, em torno de um novo projeto societal. A ampliação da “grade” de análise marxista poderá tornar a

teoria um lugar de convergências das lutas subalternas, que também poderão imaginar uma sociedade não capitalista e se identificar com o comunismo. E isso diz respeito não apenas aos movimentos LGBT+, feminista e negro, mas também aos movimentos indígenas, ambientais, agroecológicos e outros, que poderão se compreender como sujeitos na construção de novas formas de vida articulados a um novo modo de produção, não mais estruturado na desigualdade hierárquica das classes sociais.

Nesse momento, está em curso um intenso processo de elaboração de análises sobre as “circunstâncias e condições que possibilitaram a um personagem medíocre e grotesco desempenhar um papel de herói”¹⁸ e se tornar o mito salvador do Brasil. Desde Marx, sabemos que a análise desse processo não se efetiva sem um estudo da dinâmica da luta de classes e das mudanças nas correlações constituídas entre as forças políticas. Contudo, hoje sabemos da necessidade de considerar que nas “circunstâncias e condições” estão inseridos outros conflitos e forças sociais, que invisivelmente já estavam ali presentes, mas que só se tornou importante para a análise política após a emergência dos movimentos não-classistas, sobretudo a partir dos anos 1960. A construção e a ascensão política do “personagem” Bolsonaro não podem ser completamente explicadas sem considerarmos os conflitos e embates que extrapolam as relações de classe. Isso, na medida em que um representante político não é eleito apenas por defender um projeto de desenvolvimento econômico, mas também por encarnar e representar um modo de vida e determinadas formas sociais e culturais de gênero, sexualidade, raça e classe.

Referências

- ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- BOITO JR, Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. **Crítica Marxista**, n. 50, p. 111-119, 2020.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- _____. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. São Paulo: n-1; Crocodilo, 2019.

¹⁸ Já dizia Marx (1997, p. 14) sobre a análise do golpe de Estado que tornou Luís Bonaparte imperador da França, em *O 18 Brumário*, e que ilustra perfeitamente a atualidade da política brasileira.

EAGLETON, Terry. Discurso e ideologia. In: _____. **Ideologia**. São Paulo: Ed. Unesp: Boitempo, 1997. p. 171-192.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

_____. **História de sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

| 107

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2006.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.

LÖWY, Michel. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 9. ed. São Paulo, Cortez, 2007.

MARX, Karl. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. Paz e Terra, 1997.

_____. **O capital: crítica da economia política (Livro I)**. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e estado**, 2017, vol.32, n.3, pp.725-748. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>. Acesso em jul. 2020.

SCALA, J. **La ideología del género: o El género como herramienta de poder**. Rosario: Ed. Logos Ar, 2010.

TOITIO, Rafael. **Sobre a hegemonia heterossexista**. In: Anais VIII Colóquio Internacional Marx e Engels (Unicamp). Campinas: CEMARX, 2015.

_____. **Cores e contradições: a luta pela diversidade sexual e de gênero sob o neoliberalismo brasileiro**. Campinas, 2016. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/321973>.

_____. A luta pela diversidade sexual e de gênero diante do Estado capitalista: o que a atual crise política tem a nos ensinar? **Margem esquerda**, n. 33, 2. sem., p. 32-37, out. 2019.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____. Base e superestrutura na teoria da cultura marxista. _____. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 43-68.

**“GENDER IDEOLOGY” AND “CULTURAL MARXISM” IN THE
PRESIDENTIAL OBSESSION:**

Marxism and feminism in the Brazilian political “scene”

| 108

Abstract: Based on the analysis of the recent political process that made the emergence of neo-fascism possible in Brazil in contrast to the struggles for sexual and gender diversity and feminists, this article aims to consider a dialogue between Marxism and these struggles. Therefore, I will analyze the term “gender ideology” based on the theoretical approach between Antonio Gramsci and Judith Butler, which also led me to investigate Louis Althusser and Michel Foucault. Furthermore, I will present the main conservative ideas behind the expression “cultural Marxism,” and then analyze Marxism and its relationship with other social struggles. I conclude by pointing out Marxism’s current status and the need to democratize Marxism as a theory.

Keywords: Marxism, feminism, ideology, political analysis.

Recebido: 06/08/2020

Aceito: 06/09/2020